

SUMÁRIO

Introdução	5
1. A proposta do livro.....	5
2. Análise comparativa entre a União Européia e Mercosul	7
3. A metodologia	10

PARTE I INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E OS DIREITOS HUMANOS

1. Integração econômica e sua tipologia	15
2. Direitos Humanos: conceito e terminologia	19
3. Natureza imperativa das normas de direitos humanos e a integração econômica	25
3.1 A emergência do conceito de <i>jus cogens</i>	25
3.2 A qualidade de <i>jus cogens</i> das normas de direitos humanos e seu impacto em um processo de integração econômica	27
4. Papel da proteção dos direitos humanos em um processo de integração econômica.....	31
4.1 Direitos ou liberdades econômicas? Impossibilidade de separação	31
4.2 Carga legitimadora do processo de integração	35
5. Relação entre integração econômica e direitos humanos: dois modelos	42
6. Simetrias no processo de internacionalização: integração econômica e proteção de direitos humanos.....	44

PARTE II
PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NA UNIÃO EUROPÉIA

Título I
**Primórdios da proteção dos direitos humanos no
ordenamento comunitário**

1. União Européia e o Direito Comunitário: características básicas..	49
2. Omissão dos tratados: a ilusão economicista	59
3. A negação dos direitos humanos no seio comunitário pelo Tribunal de Justiça de Luxemburgo	63
3.1. O caso <i>Stork</i>	63
3.2 O Caso <i>Comptoirs de Vente</i>	64
3.3 O Caso <i>Sgarlata</i>	65
3.4 Os dois eixos da fase negacionista.....	66
4. A fase protecionista pela via pretoriana.....	67
4.1 O Caso <i>Stauder</i>	68
4.2 O Caso <i>Internationale Handelsgesellschaft</i>	69
4.3. O Caso <i>Nold</i> : nenhum ato comunitário pode violar os direitos fundamentais	71
4.4. Síntese da nova orientação jurisprudencial.....	73

Título II
**Os princípios gerais de Direito, as tradições constitucionais
comuns e os tratados internacionais de direitos humanos**

1. Os princípios gerais de Direito	77
2. As tradições constitucionais comuns.....	82
3. Os tratados internacionais de direitos humanos	86
4. Suporte normativo genérico e suas conseqüências: insegurança jurídica ou flexibilidade judicial?.....	90

Título III
Os novos fundamentos normativos

1. As primeiras iniciativas	93
2. O Tratado de Maastricht e o Tratado de Amsterdã	96
3. A Carta de Direitos Fundamentais (2000).....	98
4. O fracassado Tratado da Constituição da Europa (2004).....	105
5. O Tratado de Lisboa (2007) e a proteção de direitos humanos: esforço para impedir retrocesso	106

Título IV

O papel dos Tribunais Constitucionais

1. Aspectos Gerais.....	111
2. Os casos alemães: de “ <i>So lange</i> ” I aos nossos dias.....	113
2.1 A doutrina “ <i>So lange</i> ” I.....	113
2.2 A doutrina “ <i>So lange</i> ” II.....	119
2.3 De <i>Maastricht</i> às <i>Bananas</i> : risco de regressão?.....	122
3. A posição do Tribunal Constitucional italiano.....	128
4. A posição do Tribunal Constitucional espanhol.....	131
5. Conclusão: o difícil relacionamento entre um Tribunal Constitucional e a jurisdição internacional de integração econômica.....	133

Título V

Espaço normativo de atuação dos direitos fundamentais

1. Âmbito <i>interna corporis</i>	135
1.1. A proteção contra atos dos Estados membros.....	135
1.1.1 A necessidade de uma conexão comunitária.....	135
1.1.2 Crítica à “conexão comunitária”.....	138
1.2. A proteção contra atos comunitários.....	143
2. Âmbito externo dos direitos fundamentais na União Européia ..	145
2.1 Condição necessária para admissão na União Européia	145
2.2 Sanções aos Estados da União Européia	147
2.3 Política Exterior Comum e a promoção de direitos humanos..	151

Título VI

O funcionamento da proteção judicial dos direitos humanos na União Européia

1. Aspectos Gerais: uma Comunidade de Direito.....	157
2. A estrutura do Tribunal de Justiça.....	159
3. As Principais Ações.....	160
4. O nó górdio: o acesso dos particulares.....	162

Título VII

Os direitos humanos em espécie

1. Aspectos Gerais: limitações.....	165
2. A Dignidade Humana	166

3. Direitos Civis e Políticos.....	171
3.1 Liberdade	171
3.2 Igualdade.....	172
3.3 Direito à vida privada	179
3.4 Direito à vida familiar.....	184
3.5 Liberdade Religiosa.....	185
3.6 Direito ao devido processo legal	186
3.7 Liberdade de Expressão e informação	193
4. Direitos Econômicos e Sociais	197
4.1 Direito de Propriedade	199
4.2 Livre exercício de atividade econômica	201
5. Limites aos direitos.....	203

PARTE III

A PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO MERCOSUL

Introdução.....	209
-----------------	-----

Título I

Breve histórico da integração regional do Cone Sul e seus objetivos

1. Os antecedentes históricos	211
2. Do Tratado de Assunção aos nossos dias: uma experiência singular	217
2.1 Características do Direito da Integração do Mercosul.....	217
2.2 A fase da União Aduaneira: o Protocolo de Ouro Preto	223
2.3 As perspectivas: o relançamento do Mercosul	225

Título II

Órgãos e normas do Mercosul e a proteção de direitos humanos

1. Os órgãos do Mercosul: noções gerais.....	229
1.1 As normas do Mercosul	230
1.2 Os acordos de integração tipicamente econômicos	231
1.3 Os acordos de integração indireta	231
2. As competências do Mercosul	232
3. Os órgãos do Mercosul em espécie	237
3.1 O Conselho do Mercado Comum.....	237
3.1.1 A Comissão de Representantes Permanentes	238
3.1.2 As Reuniões de Ministros.....	239



3.2 O Grupo Mercado Comum e os Subgrupos de Trabalho	240
3.2.1 As Reuniões Especializadas	241
3.3 A Comissão de Comércio do Mercosul.....	242
3.4 O Parlamento do Mercosul.....	243
3.4.1 O embrião: a extinta Comissão Parlamentar Conjunta ..	243
3.4.2 Acordo Institucional CMC-CPC: a emenda Alonso ...	245
3.4.3 O Parlamento do Mercosul	247
3.5 O Foro Consultivo Econômico-Social	249
3.6 A Secretaria Administrativa e a nova Secretaria Técnica.....	251
3.7 Os órgãos não-decisórios de direitos humanos	252
3.7.1 A Reunião das Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul	252
3.7.2 O Centro Mercosul de Promoção do Estado de Direito e o Observatório da Democracia.....	253
3.7.3 Os órgãos não-decisórios de direitos humanos: foro de debate de países vizinhos da América do Sul ou órgãos do Mercosul?	254
4. Diplomas normativos do Mercosul referentes aos direitos humanos	255
4.1 Preâmbulos dos tratados e a proteção de direitos humanos	255
4.2 Corpo dos tratados: Assunção e Ouro Preto — um silêncio eloqüente	256
4.3 Os Protocolos de Ushuaia e de Assunção.....	258
4.3.1 Protocolo de Ushuaia (1996)	258
4.3.2 Protocolo de Assunção (2005)	258

Título III

Solução de controvérsias no Mercosul e a proteção dos direitos humanos

1. Noções Gerais: a importância da judicialização para a proteção de direitos humanos	261
2. Evolução do sistema de solução de controvérsias do Mercosul...	262
3. Delineamento do mecanismo de solução de controvérsia após o Protocolo de Olivos	264
3.1 Âmbito de aplicação, Direito aplicável e opção de foro.....	264
3.2 Mecanismo arbitral: as controvérsias entre Estados	265
3.3 Reclamações de particulares	269
4. Impacto dos avanços e das fragilidades do sistema de solução de controvérsia em face da proteção de direitos humanos no Mercosul	273

4.1	Fragilidades	273
4.1.1	Ausência de acesso direto do particular ao sistema de solução de controvérsia	273
4.1.2	Execução pós-laudo	275
4.2	Avanços	276
4.2.1	A existência do Tribunal Permanente de Revisão e o adensamento institucional do Mercosul	276
4.2.2	A plena jurisdição dos Tribunais <i>Ad hoc</i>	277
4.2.3	A nova jurisdição consultiva do Mercosul	279
5.	Papel do juiz brasileiro na aplicação e interpretação do Direito da Integração do Mercosul.....	283
5.1	Noções gerais.....	283
5.2	Relação do Direito da Integração e o Direito Interno: o caso brasileiro	283
5.2.1	Direito Internacional e o Direito da Integração vistos pela Constituição	283
5.2.2	Equiparação dos tratados, inclusive do Mercosul, à lei interna.....	294
5.2.3	Incorporação do Direito Derivado do Mercosul: a ausência do efeito direto e da aplicabilidade imediata da normatividade mercosulina	297
5.3	Alternativas disponíveis ao jurisdicionado brasileiro	300
5.3.1	Combate à omissão na incorporação das normas mercosulinas.....	300
5.3.2	Combate à violação das normas do Mercosul e a Carta de Brasília	301

Título IV

O âmbito de atuação da proteção de direitos humanos no Mercosul

1.	Proteção contra atos do Mercosul.....	305
1.1	Noções Gerais: os direitos humanos como barreira não-tarifária?	305
1.2	A Constituição de 1988 e o controle dos atos do Mercosul sob o enfoque da proteção de direitos humanos.....	308
1.2.1	Noções Gerais	308
1.2.2	Cláusula pétrea de proteção aos direitos e garantias individuais	308
1.2.3	Tratados internacionais de direitos humanos e a Emenda Constitucional nº 45	310
1.2.4	Constituição e os direitos em espécie.....	316

1.3 A defesa do consumidor	321
1.3.1 O histórico da normativa Mercosul: o Código de Defesa do Consumidor e as barreiras não-tarifárias....	321
1.3.2 O fracassado Protocolo de Defesa do Consumidor do Mercosul: a proibição do retrocesso prevista na Constituição brasileira.	324
1.3.3 Solução à vista?	327
1.4 A defesa do meio ambiente	328
1.4.1 O caso do primeiro Laudo Arbitral sobre Pneus Remoldados: Brasil <i>versus</i> Uruguai	333
1.4.2 O caso do segundo Laudo Arbitral sobre Pneus Remoldados: Argentina <i>versus</i> Uruguai.....	339
1.5 A defesa genérica da livre-iniciativa: a batalha do arroz.....	348
2. A proteção contra atos dos Estados-membros.....	352
2.1 Noções Gerais	352
2.2 A livre circulação de bens	353
2.2.1 Os certificados de origem e o devido processo legal administrativo do Mercosul	353
2.2.2 O direito a tratamento tributário isonômico	355
2.3 A livre circulação de pessoas: a entrada de nacionais do Mercosul e seus veículos.....	359
2.4 O acesso à justiça.....	361
2.5 Instrumentos não-vinculantes: a dimensão social do Mercosul	363
3. Âmbito externo de atuação dos direitos fundamentais.....	366
3.1 Condição necessária para admissão e permanência no Mercosul	366
4. Perspectivas para a defesa dos direitos humanos no Mercosul....	368

PARTE IV OS CONFLITOS JURISDICIONAIS

Título I A competição jurisdicional no Direito Internacional Geral

1. A fragmentação do Direito Internacional: rumo ao feudalismo internacional?	373
2. A era dos tribunais.....	374
3. Ilhas judiciais: a ausência de regras de harmonização e coordenação	381

Título II

A competição jurisdicional e seu impacto na União Européia

1. Luxemburgo ou Estrasburgo?.....	387
2. Traços característicos do subsistema europeu de direitos do homem.....	389
2.1 A evolução normativa.....	389
2.2 A nova Corte Européia de Direitos Humanos: acesso direto dos particulares e duplo grau de jurisdição.....	393
2.3 A fratura exposta: a falta de executoriedade forçada.....	396
2.4 O provável colapso da jurisdição de Estrasburgo e o papel do Protocolo nº 14.....	400
3. Choque jurisdicional entre a Corte Européia de Direitos Humanos e o Tribunal de Justiça europeu.....	401
3.1 Âmbito de aplicação: geográfico, material e subjetivo.....	401
3.2 Superposição jurisdicional: dois órgãos judiciais e um mesmo tema.....	402
3.2.1 O confronto evitado: a postura da Comissão e da Corte Européia de Direitos Humanos.....	404
3.2.2 O confronto evitado: a postura do TJCE.....	407
4. As incoerências entre a jurisprudência de Estrasburgo e a de Luxemburgo.....	407
5. A guerra aberta: o controle dos atos comunitários pela Corte Européia de Direitos Humanos.....	411
5.1 O controle do Direito Comunitário originário: a Doutrina Matthews.....	411
5.2 A responsabilidade individual dos Estados-membros por ato comunitário derivado.....	414
5.3 O crivo por ricochete: ato estatal em execução de norma comunitária.....	416
5.4 A adesão <i>de facto</i>	416
5.5 A solução do Tratado de Lisboa e do Protocolo 14: a adesão <i>de jure</i> da União Européia à Convenção Européia de Direitos Humanos.....	417

Título III

A competição jurisdicional e seu impacto no Mercosul

1. Entre <i>San José</i> e <i>Assunción</i>	419
2. Traços característicos do subsistema americano de direitos humanos.....	420

2.1 O modelo da Convenção Americana de Direitos Humanos ...	420
2.2 A sentença da Corte	422
2.3 A crise do sistema: é necessário um "Protocolo nº 11"?	424
3. A possibilidade de invocação da Doutrina Matthews no sistema interamericano de direitos humanos	426

Título IV

Unificação ou caos criativo?

1. Introdução: rumo à uniformização?.....	431
2. Mecanismo de convivência jurisdicional de proteção de direitos humanos na União Européia	432
2.1 Noções Gerais	432
2.2 Primazia e efetividade.....	432
2.3 Acesso dos indivíduos	435
2.4 Melhor sistema?.....	435
2.5 A coexistência possível	437
2.5.1 O uso de critérios de escolha de foro: litispendência, coisa julgada e uma via electa.....	437
2.5.2 <i>Primus inter pares</i> e o Tratado de Lisboa	440
3. A convivência jurisdicional de proteção de direitos humanos no Cone Sul	448
3.1 Noções Gerais	448
3.2 Comparando os dois mecanismos: acesso dos indivíduos e cumprimento da decisão.....	450
3.3 Coexistência possível: o uso de critérios de escolha do foro	452
3.4 A adesão do Mercosul à Convenção Americana de Direitos Humanos e o uso da jurisdição consultiva da Corte.	453
4. Alternativa possível: a fertilização cruzada	454
Conclusão.....	463
BIBLIOGRAFIA	473